



Apesar das objeções de Roberto Campos (ao centro) a comissão aprovou o acordo da informática

CORREIO BRAZILIENSE 21 JUN 1991 Congresso Projetos surpreendem líderes e só Itamar evita a sua aprovação

Fátima Xavier

O presidente da República em exercício, Itamar Franco, por solicitação da liderança do Governo na Câmara dos Deputados, retirou às pressas ontem, o pedido de urgência dos projetos de lei sobre negociação coletiva de trabalho e sobre incentivos fiscais, itens um e dois da Ordem do Dia. Os dois projetos foram apreciados nas comissões temáticas que apresentaram substitutivos, aprovados nesses fóruns mas não discutidos entre as lideranças. O projeto dos incentivos já estava em discussão quando o líder do Governo, Humberto Souto, pediu à Mesa que retirasse a urgência. Enquanto os parlamentares discutiam a matéria, houve tempo suficiente para que o Palácio do Planalto formalizasse o pedido. Ambos ficam fora da pauta por cinco sessões a pedido do Governo e do PMDB. A votação dos demais itens recomeça na manhã de hoje.

A sessão corria normalmente depois da aprovação do requerimento de inversão de pauta que colocou o projeto sobre negociação coletiva de trabalho como

segundo item da pauta. O líder do PMDB, Genebaldo Correa, concedia uma entrevista coletiva sobre o projeto de lei de informática quando Humberto Souto o interrompeu apressado dizendo que o projeto era agora um substitutivo "do PCdoB com aquelas loucuras da Comissão do Trabalho". Tinha em mãos uma lista de pelo menos dez pontos que deveriam ser alterados. Entre eles os que estabelecem equiparação da negociação dos servidores públicos aos demais trabalhadores da economia. "É inconstitucional, não cabendo equiparação porque os vínculos jurídicos são diferentes", explica-se. E o artigo que obriga a homologação de contratações e rescisões em sindicato "porque é conflitante com a livre iniciativa".

Genebaldo Correa lamentou o fato de não ter tido conhecimento mais profundo da matéria argumentando que "a informática está tomando o tempo de todo o mundo". Nesses dois pontos, segundo a assessoria do PMDB, há concordância. "Nos informaram que o projeto era bom mas agora, olhando superficialmente pode-

mos notar pelo menos esse dois artigos", disse um assessor. O relator, deputado Aldo Rabelo (PCdoB-SP) disse que alguns pontos levantados sequer existem no substitutivo e que todo o problema está no fato de que o Governo não quer mais uma política salarial. "A política salarial do Governo agora é a livre negociação e não podemos aceitar isso em plena recessão econômica", defendeu-se.

Quanto ao projeto sobre o restabelecimento de incentivos fiscais, o deputado Aloiso Mercadante (PT-SP), da Comissão de Tributação que discutiu a matéria, disse que o projeto é ruim ainda que tenha sido o único a votar contra o substitutivo. Mas a atitude do Governo em retirar a urgência em plena sessão deliberativa — o projeto já estava em discussão — provocou a revolta em alguns parlamentares. O líder do PT, José Genoíno, e do PCdoB, Haroldo Lima, pretendem questionar a Mesa através da Comissão de Justiça sobre a legitimidade da decisão da Mesa que acatou a manobra.